

Portugal plural: migrações e os desafios da inclusão Entrevista com o geógrafo Jorge Malheiros

Plural Portugal: Migration and the Challenges of Inclusion An Interview with Geographer Jorge Malheiros

Entrevistadores:

Hélia Bracons¹

José Rodrigues²

Ricardo Lobato³

DOI: https://doi.org/10.60543/ts_iss.vi10.11251

Recebido: 7 de abril de 2026

Revisto: 2 de julho de 2026

Aceite: 16 de julho de 2026

Publicado: 31 de julho de 2026

Entrevistado:

Jorge Malheiros

Professor Associado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (IGOT-ULisboa) e Investigador no Centro de Estudos Geográficos da mesma universidade. Desenvolve investigação na área dos estudos sociais urbanos e das migrações internacionais, com destaque para a integração de imigrantes, as dinâmicas demográficas, as relações de género, os problemas de habitação e a segregação urbana.

Nota introdutória

As migrações representam uma parte significativa da história da humanidade, influenciando mudanças sociais, económicas, demográficas e culturais, ao mesmo tempo que desempenham um papel fundamental no crescimento da sociedade global. Atualmente, vivemos uma transformação profunda nos padrões dos fluxos migratórios. A sociedade

¹ Professora Associada da Universidade Lusófona-Centro Universitário de Lisboa| Investigadora integrada no LusoGlobe e Investigadora colaboradora no CeIED/Universidade Lusófona | helia.bracons@ulusofona.pt

² Licenciado em Serviço Social e mestrando em Serviço Social e Política Social na Universidade Lusófona-CUL| jp.afonsorodrigues@gmail.com

³ Licenciado em Serviço Social e mestrando em Serviço Social e Política Social na Universidade Lusófona-CUL| ricardolobato2001@gmail.com

portuguesa não é exceção: é diversa e torna-se cada vez mais plural, refletindo-se, entre outros aspetos, na presença significativa de migrantes oriundos de diferentes origens culturais, étnicas e sociais. Esta diversidade deve ser entendida de forma abrangente, integrando dimensões culturais, sociais, económicas e demográficas. No âmbito da intervenção do Serviço Social junto de pessoas migrantes, esta realidade traduz-se em necessidades, desafios e oportunidades que exigem das profissionais competências técnicas, éticas, culturais e relacionais, bem como uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais, económicas, políticas e culturais que moldam os processos migratórios e as experiências de integração.

Neste contexto, torna-se fundamental promover espaços de reflexão e produção de conhecimento que contribuam para uma intervenção profissional informada, crítica e culturalmente competente. O diálogo com especialistas na área das migrações constitui um importante recurso para aprofundar a compreensão da crescente superdiversidade e das suas implicações para as políticas públicas, para a intervenção social e para a investigação em Serviço Social. A partilha de conhecimento especializado permite, assim, apoiar a formação de futuros profissionais e investigadores, oferecendo perspetivas fundamentadas sobre os desafios contemporâneos da inclusão, da coesão social e da promoção dos direitos das pessoas migrantes.

Com este propósito, foi realizada uma entrevista semiestruturada ao Professor Jorge Malheiros, especialista em Migrações, com o objetivo de identificar os principais desafios e impactos da superdiversidade na sociedade portuguesa. A entrevista foi realizada nos dias 21 e 23 de janeiro de 2025, na Universidade Lusófona – Centro Universitário de Lisboa, pelos estudantes finalistas da Licenciatura em Serviço Social, sob a orientação da Professora Hélia Bracons. O seu conteúdo constitui um contributo relevante para a reflexão académica e profissional, ao proporcionar uma análise crítica e fundamentada sobre as transformações migratórias em Portugal e as suas implicações para a prática, a investigação e a formação em Serviço Social.

Entrevista:

Enquanto geógrafo, qual é o seu interesse pela geografia humana?

A geografia tem, em termos de organização disciplinar, uma separação entre a geografia física e a geografia humana. A geografia física lida sobretudo com os fenómenos naturais: naturais no sentido do ambiente geográfico natural, que incluem as áreas da hidrologia, da geomorfologia, da biogeografia e da climatologia, basicamente estas quatro. A outra componente é a da geografia humana, que estuda os problemas relacionados com a distribuição, a mobilidade e a localização dos fenómenos de natureza social, trabalhando as relações entre a sociedade e a natureza, com enfoque nos aspetos humanos.

No âmbito dos movimentos migratórios, quais são os fatores mais preponderantes que levam as pessoas a deslocarem-se?

As pessoas deslocam-se por razões que envolvem sempre uma componente espacial. A mobilidade é parte da condição humana e tem crescido muito no século XXI. Para os sociólogos, como John Urry, vivemos uma “viragem da mobilidade” “mobility turn”, onde a mobilidade, seja física (migrar, viajar, trabalhar remotamente) ou virtual (uso de telemóveis e computadores para relações à distância), caracteriza a sociedade contemporânea.

As principais razões para sair de um lugar incluem a falta de condições adequadas para viver, como ausência de emprego, educação, ou oportunidades de mobilidade social. Também se destacam motivos relacionados com situações de exclusão, discriminação, xenofobia, perseguição ou défice de direitos, que levam as pessoas a procurar locais onde possam ter uma vida digna e com direitos iguais.

A escolha do local para onde se deslocam depende tanto de preferências individuais, como proximidade a familiares, grupos sociais ou características do lugar, como de fatores estruturais. Entre estes, destacam-se as condições económicas, políticas urbanas e o ordenamento do território. Por exemplo, a habitação social, muitas vezes localizada em periferias devido ao baixo custo do solo, limita as opções de moradia dos grupos com rendimentos mais baixos, incluindo muitos imigrantes. Assim, a segregação espacial reflete tanto limitações económicas como decisões políticas, reforçando a concentração destes grupos em certas áreas, que também podem funcionar como redes de apoio social.

Quais os principais desafios e impactos dos fluxos migratórios?

As migrações devem ser entendidas como um processo social, onde a mobilidade representa uma oportunidade de melhoria de vida, seja por melhores condições ou pela vontade de experimentar algo novo. No entanto, essa mudança implica uma ruptura com a zona de conforto (o lugar e os laços afetivos, como família e amigos), o que gera um custo emocional significativo, frequentemente retratado pela saudade.

Apesar dos desafios, a migração é vista como uma oportunidade de acesso a melhores estudos, trabalho e transformação social. Contudo, as expectativas nem sempre coincidem com a realidade. Muitas vezes, as condições no destino são melhores que as do país de origem, mas podem ser piores do que o esperado, causando desilusão, sobretudo quando o trabalho é precário, os salários baixos e a habitação inadequada.

Além disso, o contexto atual de discursos políticos anti-imigração e atitudes de rejeição dificulta a integração, aumentando os desafios no mercado de trabalho e na habitação. Um problema frequente é a desvalorização das qualificações dos migrantes, que, apesar de serem muitos qualificados (como os provenientes dos PALOP e da Ásia do Sul), acabam por ocupar empregos abaixo do seu nível. Portugal já teve experiências positivas na valorização de competências de migrantes no passado, especialmente com a vaga da Europa do Leste, e poderia aplicar estratégias semelhantes às atuais ondas migratórias.

Portugal, tem vindo a assistir a uma dinâmica mais ativa no que respeita a presença de pessoas migrantes oriundas de outras culturas, expressões culturais e dinâmicas próprias. Pode-nos dar um retrato sucinto desta especificidade populacional que temos no nosso país?

Portugal tem assistido a um crescimento acelerado da população migrante, que passou de meio milhão para cerca de 1,2 milhões em pouco tempo, gerando desafios sociais importantes. Apesar das dificuldades em regularizar, setores como agricultura, pescas, hotelaria e restauração afirmam que sem migrantes não conseguem suprir a falta de trabalhadores no mercado nacional.

Um estudo recente mostra que, atualmente, mais portugueses saem do mercado de trabalho do que entram, devido à baixa taxa de natalidade e envelhecimento da população.

Assim, os migrantes são essenciais para manter a atividade económica, trazendo benefícios para todos, embora o processo de integração seja lento e complexo.

Em algumas comunidades, especialmente vindas de países com maior desigualdade de género, como Afeganistão e Paquistão, as questões sociais são mais delicadas. É importante apoiar a transformação dessas comunidades, promovendo maior igualdade e desconstruindo desigualdades culturais, com o apoio das estruturas sociais.

Hoje, a sociedade portuguesa é mais diversa culturalmente. O limite para essa diversidade é o respeito pelos direitos iguais para todos, nacionais ou imigrantes, base para a coesão social. Direitos fundamentais e deveres sociais devem ser garantidos, respeitando escolhas individuais dentro dos valores da sociedade, como o uso voluntário do véu.

A escolaridade obrigatória até ao 12º ano é essencial para garantir competências que promovam o sucesso futuro das crianças e jovens, sem exceções.

Além disso, valores e direitos sociais evoluem com o tempo, como a igualdade de género e o direito ao voto, avanços que devem ser protegidos contra retrocessos, em questões que ultrapassam a imigração e dizem respeito a toda a sociedade.

Qual a perceção dos portugueses em relação aos imigrantes?

Creio que há uma componente de perceção contraditória. Por um lado, tenta-se manter um saldo migratório positivo, mas, muitas vezes, temos comportamentos menos racionais. Por exemplo, quando se diz que “mais imigrantes é bom”, algumas pessoas começam a pensar “talvez não, são muitos, é um risco” e passam a separar essas duas ideias.

Assim, em vez de verem a imigração como uma contribuição para compensar o envelhecimento e o declínio demográfico, começam a encarar a imigração mais como um problema. Perguntam-se: “Por que é um problema? Porque roubam empregos, trabalho, etc.” Do ponto de vista cultural, também é percebida como um desafio.

Não se pode dizer às pessoas “não saiam!”, pois isso seria contraditório com a liberdade individual e o princípio da livre circulação na União Europeia. No entanto, as pessoas querem “reter quem está cá”, o que é complicado. Pode-se ajudar a fixar mais pessoas, mas isso não resolve um problema fundamental: o saldo natural da população é negativo. Mesmo que todos permanecessem, continuaríamos a ter perda populacional e envelhecimento elevado.

Por fim, existe essa visão contraditória: apesar de reconhecerem o problema, as pessoas começam a pensar que a chegada dos imigrantes é o momento essencial para resolver essa questão, pelo menos nas próximas décadas.

Gostaria que nos definisse alguns conceitos-chave relacionados com estas temáticas: na sua perceção, como define multiculturalidade, interculturalidade e pluralismo cultural? Estamos perante uma sociedade multi ou intercultural?

A *multiculturalidade* tem como ponto de partida o pluralismo cultural, que é a diversidade de culturas presentes nos diferentes grupos de uma sociedade. Culturas entendidas como práticas culturais, cultura material, expressões culturais e religiões associadas a esses grupos, algo que se acentua com a imigração. A chegada de grupos culturalmente distintos, com diferentes formas de cultura material, vestuário, alimentação, práticas artísticas e religiões, intensifica essa diversidade cultural que já existia nas sociedades.

No entanto, o Estado-nação tendia a homogeneizar muitas dessas diversidades culturais dentro dos seus territórios, produzindo o que chamamos de cultura nacional, que inclui a língua oficial, símbolos nacionais e, por vezes, determinados elementos culturais promovidos como a música típica (como o fado em Portugal) ou símbolos como a bandeira e o hino, que se estendem a toda a população.

O *pluralismo cultural* significa saber lidar com essa diversidade e reconhecê-la como algo permanente. O multiculturalismo vai além, procurando refletir essa diversidade na organização do próprio Estado e nos direitos, assumindo uma componente de direitos coletivos. Isso pode implicar, por exemplo, a introdução de cotas no acesso ao emprego ou a consideração dos diferentes grupos étnico-culturais na composição dos órgãos decisórios, similar às políticas de género.

Já o conceito de *interculturalidade* valoriza as ligações entre esses grupos. Assume também a existência de pluralismo cultural e diversidade, mas o foco está nas conexões e no estímulo a estratégias que promovam essas ligações, especialmente na educação, como a educação intercultural, que promove o contato entre grupos, o reconhecimento das diferenças, o respeito pelo outro e o conhecimento mútuo. Essa abordagem também se

aplica a outras práticas culturais, como o intercâmbio artístico e os diálogos inter-religiosos e culturais.

Considera que as políticas migratórias na Europa, e mais concretamente em Portugal, são eficazes e estão a colmatar necessidades reais da população migrante, no que respeita à sua plena integração? Ou, pelo contrário, têm originado atitudes mais discriminatórias, racistas e extremistas?

Penso que tem havido uma evolução negativa nas políticas migratórias na Europa e, em certa medida, também em Portugal. Verifica-se um discurso anti-imigrante que tem ganhado espaço político nos parlamentos, na ação política concreta e também nos meios de comunicação social, responsabilizando os migrantes, muitas vezes sem fundamento sólido. Diz-se que há um excesso de imigrantes e que estes não são pessoas de bem, sobretudo em relação a determinados grupos, como os migrantes de religião muçulmana, especialmente na Europa.

Esse discurso “diaboliza” a população migrante, embora se reconheça o envelhecimento demográfico europeu e a necessidade destes trabalhadores no mercado de trabalho. Há uma ideia reforçada de que a imigração deve ser seletiva, não apenas em função das qualificações, mas também das origens e das características culturais.

Observa-se um discurso anti-imigração mais forte, com componentes de ódio, muitas vezes injustificados, que associam imigração a criminalidade, sem comprovação, criando um medo social que cresce paralelamente ao aumento da presença migrante, não só em Portugal, mas em todos os países europeus.

A presença do “Outro”, especialmente quando diferente, é sempre um desafio: a empatia não surge imediatamente, e, quando um discurso legitima esse receio, esses posicionamentos ganham espaço nos parlamentos, defendendo políticas anti-imigração.

Atualmente, assistimos a medidas que procuram impedir a entrada de imigrantes, reforçar políticas securitárias e barreiras fronteiriças, aumentar expulsões e mobilizar forças de segurança para fronteiras, com deportações de pessoas em situação irregular, mesmo que muitas delas tenham entrado regularmente e simplesmente não tenham conseguido regularizar a situação, o que acontece com milhões de pessoas na Europa e nos Estados Unidos.

A regularização traz benefícios para o Estado, pois as pessoas pagam para se legalizarem, ao contrário do custo das deportações. Além disso, quando um imigrante está integrado, trabalhando e contribuindo para a sociedade e para o mercado de trabalho, não há razão para a sua expulsão.

Creio que nos últimos anos, e nos próximos tempos, existe uma tendência preocupante para a redução dos direitos dos migrantes e para o reforço do controlo nas fronteiras, mesmo no contexto da União Europeia, onde a livre circulação é um dos princípios fundamentais. Podemos vir a assistir a mais restrições fronteiriças, justificadas pela imigração de países terceiros, o que é uma situação que me preocupa atualmente.

Que medidas sugere para uma melhor integração dos imigrantes? Como promover uma maior inclusão das comunidades na sociedade portuguesa?

Sugiro um trabalho conjunto entre o Estado e as organizações de imigrantes para desconstruir o discurso anti-imigrante nos vários setores da sociedade. É fundamental garantir que os direitos dos imigrantes não sejam reduzidos, mantendo o princípio da igualdade.

No que diz respeito à regulação das entradas, é necessário reformular processos como os da AIMA, tornando-os mais céleres e eficazes, especialmente em relação a vistos CPLP, vistos para procura de trabalho e manifestações de interesse. O modelo português, que permite a entrada regular para procura de emprego, deve ser mantido e pode servir de exemplo para outros países e para a União Europeia. Para isso, é importante uma articulação estreita entre o Instituto de Emprego, os Serviços Consulares e outras entidades, com a possibilidade de regularizar os processos a partir do exterior.

Outra medida essencial é valorizar melhor as qualificações dos imigrantes, evitando que talentos trabalhem em funções incompatíveis com suas competências. Também é urgente reforçar a formação linguística e a integração escolar das crianças estrangeiras, especialmente quando chegam durante o ano letivo. Embora algumas escolas tenham feito progressos, ainda há muito a melhorar nesse campo.

Como prevê o futuro face à atual *superdiversidade* cultural em Portugal?

A sociedade portuguesa será cada vez mais marcada pela diversidade cultural e religiosa. Com os vistos CPLP, a migração dos PALOP tem crescido, somando-se à já significativa presença da comunidade brasileira, que exerce forte influência cultural, social e política, reforçando o eixo atlântico entre Portugal e Brasil.

Além desses, destacam-se também os grupos da Ásia do Sul e do Extremo Oriente, especialmente os chineses, que têm um peso crescente na sociedade. No plano religioso, a presença do Islão em Portugal está ligada a migrantes da Ásia do Sul, Moçambique e África Ocidental. Apesar de compartilharem a mesma religião, há diversidade nas suas expressões culturais, linguísticas e nas formas de organização das suas comunidades.

Prevê-se, assim, um Portugal mais diverso, que exigirá maior diálogo e compreensão entre os diferentes grupos culturais e religiosos.

Está confiante numa Europa aberta, acolhedora e integradora face à diversidade?

A curto prazo, a situação é difícil. O filósofo esloveno Slavoj Žižek descreve a Europa como um “continente em perda”, com declínios demográficos, económicos, políticos e geopolíticos. A União Europeia enfrenta divisões internas, e países-chave como Alemanha e França vivem crises que enfraquecem seu papel global.

Apesar disso, a Europa mantém vantagens, como melhor qualidade de vida e emprego, tornando-se atrativa para os imigrantes. Porém, discursos que dividem entre “nós” e “eles” dificultam estratégias acolhedoras ao Outro.

Por outro lado, a Europa destaca-se pelo seu avançado Estado Social e pela riqueza cultural, promovendo diversidade e diálogo intercultural. Esses valores são fundamentais para contrariar tendências negativas.

O futuro depende de manter e fortalecer esses princípios sociais e culturais, mas o desafio é complexo, exigindo debates francos e envolvimento social amplo, pois fatores como demografia, economia e tecnologia também condicionam o caminho.

Reflexão final

A entrevista com o Professor Jorge Malheiros evidencia que os fluxos migratórios constituem um elemento estruturante da sociedade contemporânea e, de forma particularmente evidente, da realidade portuguesa. Num país marcado por um acentuado declínio demográfico e por necessidades crescentes no mercado de trabalho, a mobilidade humana deixou de ser um fenómeno periférico para assumir um papel central na sustentabilidade económica e social.

Neste contexto, a chamada superdiversidade não deve ser entendida como um problema a resolver, mas como a nova condição estrutural e permanente de Portugal. Ela coloca desafios complexos, ao nível das políticas públicas, da organização dos serviços e da convivência social, mas representa igualmente uma oportunidade para enriquecer cultural, social e economicamente o país. O verdadeiro desafio não reside, portanto, na mera gestão de fluxos migratórios, mas na construção de uma sociedade plural, coesa e fundada na igualdade efetiva de direitos e deveres.

A análise apresentada na entrevista revela, contudo, uma contradição fundamental: apesar da reconhecida dependência funcional da economia e da demografia portuguesa em relação à imigração, observa-se uma regressão no plano político e discursivo. Crescem tendências de securitização das fronteiras e consolidam-se narrativas públicas que diabolizam o “Outro”, promovendo uma lógica de exclusão que fragiliza a coesão social.

Perante este cenário, o caminho desejável e possível implica uma mudança de paradigma, assente em três eixos estruturantes: é necessário ultrapassar a lógica da mera coexistência (multiculturalidade), baseada na tolerância passiva, para promover uma interculturalidade ativa, fundada no diálogo, na interação e na construção de pertenças partilhadas; o reconhecimento da importância dos imigrantes deve traduzir-se em medidas concretas e coerentes: simplificação e agilização dos processos de regularização, mecanismos eficazes de reconhecimento e validação de qualificações, combate à precariedade laboral e à discriminação no acesso à habitação digna e aos serviços públicos e torna-se imprescindível enfrentar politicamente as narrativas anti-imigração, reafirmando o princípio da igualdade e demonstrando os benefícios tangíveis da regularização e da integração, não apenas em termos de justiça social, mas também de sustentabilidade económica e equilíbrio das finanças públicas.

O diálogo com o Professor Jorge Malheiros constitui, simultaneamente, um importante contributo para a compreensão dos desafios contemporâneos das migrações e um referencial para a definição de políticas e práticas de intervenção social mais informadas. As suas reflexões reforçam a ideia de que a coesão social em Portugal dependerá da capacidade de reconhecer a diversidade como um valor estruturante da sociedade e de promover um modelo de integração assente nos direitos humanos, na igualdade de oportunidades e na participação plena de todas as pessoas, rejeitando lógicas de fechamento, discriminação e exclusão.

Declaração da utilização de Inteligência Artificial Generativa (IAGen)

Declara-se que foi utilizado o ChatGPT para melhorar a linguagem. Os autores são os únicos responsáveis pelo conteúdo do manuscrito.